

# MUNDO DO TRABALHO E SINDICATOS NA ERA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: IMPASSES E DESAFIOS DO NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO\*

Ricardo ANTUNES  
UNICAMP

## RESUMO

Discute o movimento sindicalista brasileiro desde a década de 1970, seu desenvolvimento na década de 1980, com o nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para entrar nos anos 90, na fase da "negociação". Negociação é a palavra-chave dos anos 90. Mas negociar dentro ou fora da ordem capitalista?

**Palavras-chave:** Sindicalismo brasileiro; Sindicato de trabalhadores; CUT; Trabalho; Trabalhadores; Capital; Classe trabalhadora.

A crise que atinge o mundo do trabalho, seus organismos sindicais e partidários é de proporções ainda não de todo assimiladas. Sua intensidade e agudeza devem-se ao fato de que, simultaneamente, atingiu a materialidade e a subjetividade do *ser-que-vive-do-trabalho*. Não foram poucas as transformações vivenciadas nesta última década, atingindo centralmente os países capitalistas desenvolvidos, mas com fortes repercussões, decorrentes da mundialização e globalização do capital, no conjunto de países do Terceiro Mundo, especialmente aqueles *intermediários*, dotados de um significativo parque industrial, como é o caso do Brasil.

(\*)Capítulo do livro de:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995 (Concessão especial do autor para Transinformação).

Indico, a seguir, alguns elementos que, no seu conjunto, compõem a causalidade deste quadro agudamente crítico: a automação, a robótica e a microeletrônica possibilitaram uma revolução tecnológica de enorme intensidade. O taylorismo e o fordismo já não são únicos, convivendo, no processo produtivo do capital, com o "toyotismo", o "modelo sueco", entre outros. Tais mudanças têm conseqüências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e "envolvimento" da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), experimentados no Japão - em realidade uma apropriação do *fazer e saber* do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, levando o *estranhamento* do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite - tudo isso, feito sob um "inquestionável" domínio da "produtividade" e da "modernidade social", acabou afetando a forma de ser do proletariado fabril, tradicional. A *classe-que-vive-do-trabalho* metamorfoseou-se.<sup>1</sup>

Se já bastassem estas transformações, a crise atingiu também diretamente a *subjetividade* do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais *defensiva*, cada vez mais atada à *imediatidade*, à *contingência*, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a "revolução técnica" do capital avançava, lutavam para manter o *mais elementar e defensivo* dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: *o direito ao trabalho, ao emprego*.

É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o *sindicalismo de participação* em substituição ao *sindicalismo de classe*. Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, *o que e para quem* se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos

básicos do complexo movente do capital. As perspectivas generosas da emancipação humana, tão caras a Marx, foram ou estão sendo pouco a pouco trocadas pelos valores da *acomodação* social-democrática. Entre o estrago neoliberal e a bancarrota do Leste europeu (equivocadamente assimilada por enormes contingentes da esquerda como o “fim do socialismo e do marxismo”), o universo político e ideológico do mundo sindical de esquerda, incapaz de buscar novas alternativas socialistas, *refundadas, redescobertas e radicais*, cada vez mais se insere na preservação do chamado *welfare state*, no universo da ação socialdemocrática. A luta pelo controle social da produção, presente com intensidade nos anos 60/70, na Europa, e em tantos outros momentos da luta dos trabalhadores, parece cada vez mais distante. O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a concertação.

Incapaz de apreender a *amplitude* e a *dimensão* da crise do capitalismo, postado numa situação desfavorável que lhe obsta a possibilidade de visualizar e agir *para além do capital*, o sindicalismo, em seus *traços e tendências dominantes* nos países avançados, conduzido pelo ideário que tem conformado suas lideranças, a cada passo dado, recua a um patamar anterior, assemelhando-se a um indivíduo que, embora pareça caminhar para a frente, desce uma escada de costas, sem visualizar o último degrau e menos ainda o tamanho do tombo. Cada vez mais atuando sob o prisma institucional, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos, o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade. Penso que se trata mesmo da *mais aguda crise no universo do trabalho*, com repercussões fortes no movimento dos trabalhadores. A *simultaneidade* da crise, tanto na materialidade quanto na subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho*, torna-o muito mais intensa. Quais foram as conseqüências mais visíveis dessas transformações?

No que diz respeito ao mundo do trabalho, as respostas são complexas e envolvem múltiplas processualidades, que aqui somente podemos indicar, de modo a tentar configurar um *esboço* explicativo para a crise que assola a classe trabalhadora (nela incluído o proletariado) e em particular o movimento sindical. É visível a redução do operariado fabril, industrial, gerado pela grande indústria comandada pelo binômio taylorismo-fordismo, especialmente nos

países capitalistas avançados. Porém, paralelamente a este processo, verifica-se uma crescente *subproletarização* do trabalho, através da incorporação do trabalho precário, temporário, parcial etc. A presença imigrante no Primeiro Mundo cobre fatias dessa *subproletarização*. Ora se confundindo, ora se diferenciando desta tendência, há um fortíssimo processo de *terceirização* do trabalho, que tanto qualifica como desqualifica e com certeza desemprega e torna muito menos estável a condição operária.<sup>2</sup> Deslança o assalariamento dos setores médios, incorpora-se o trabalho das mulheres no processo produtivo. Há qualificação em vários setores, como no ramo siderúrgico, acarretando, como tendência, um processo de *intelectualização do trabalho industrial* (o trabalhador como "supervisor e regulador do processo de produção", conforme a antecipação genial de Marx nos *Grundrisse*), e desqualificação em outros, como no mineiro. Como se constata, a processualidade é complexa e multiforme e tem como resultado uma classe trabalhadora mais *heterogeneizada, fragmentada e complexificada*.<sup>3</sup>

O sindicalismo não permaneceu imune a estas tendências: diminuíram as taxas de sindicalização, na(s) última(s) década(s), nos EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros países.<sup>4</sup> Com o aumento do *fosso* entre operários estáveis e precários, parciais, *reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho*. Houve, na década de 1980, redução do número de greves em vários países do centro. Aumentam os casos de corporativismo, xenofobia, racismo, no seio da própria classe trabalhadora. Tudo isso permite constatar que o movimento sindical encontra-se numa crise de proporções nunca vistas, atingindo com intensidade, na década de 1980, o sindicalismo nos países avançados e que, na viragem de 1980 para 1990, atingiu diretamente os países subordinados, especialmente aqueles dotados de uma parque produtivo relevante, como é o caso do Brasil.

Quando se reflete sobre as transformações vivenciadas no sindicalismo nos países centrais e seus paralelos com aquele praticado no Brasil, é preciso fazer as devidas mediações. Participa-

mos de um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, mas que tem singularidades que, uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é *típico* desse canto do mundo e desse modo reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma *globalidade desigualmente combinada*, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados.

O nosso sindicalismo viveu, na década de 1980, ora no fluxo, ora no contrafluxo das tendências acima descritas. Diria que, na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o *novo sindicalismo* ao longo de última década.

Porém, paralelamente a esse processo, nos últimos anos da década de 1980, acentuavam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriam o nosso sindicalismo na onda regressiva. A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas *dentro de um quadro recessivo intensificado*, deslançavam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que a indústria automobilística é um forte exemplo. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização tiveram, no neoliberalismo do projeto Collor, forte impulso.

Esta nova realidade arrefeceu e acuou o *novo sindicalismo* no Brasil, que se encontrava, de um lado, frente à emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da *nova direita*, sintonizada com a

onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo e, de outro, frente às próprias lacunas teóricas, políticas e ideológicas no interior da CUT, que lhe dificultavam enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do *novo sindicalismo*, para um momento superior, *de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente*, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora. Neste caso, além da combatividade anterior, era necessária a articulação de uma *análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas*, de modo a dotar o *novo sindicalismo* dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto e, de outro, à *acomodação social-democrática*, que, apesar de sua crise no centro, aumentava fortemente seus laços políticos e ideológicos com o nosso movimento sindical, procurando apresentar-se cada vez mais como a *única* alternativa possível para se fazer o combate ao neoliberalismo.

Não é preciso dizer que o quadro hoje é agudamente crítico. O sindicalismo da *Força Sindical*, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da *nova direita*, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacitação científica, depende totalmente dos recursos forâneos.

Na Central Única dos Trabalhadores o quadro também é de grande apreensão. Começa a ganhar cada vez mais força em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma *acomodação dentro da Ordem*. O culto de negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir *pelo capital* a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo *ideário* e pela *prática* social-democráticas. Trata-se de uma crescente definição *política e ideológica* no interior do movimento sindical brasileiro. É uma postura cada vez *menos* respaldada numa *política*

de classe. E cada vez *mais* numa política para o conjunto do país, o "país integrado do capital e do trabalho".

No campo que se reconhece como socialista e anticapitalista no interior da Central Única dos Trabalhadores, as dificuldades também são enormes. Como é possível resistir a uma onda tão intensa? Como é possível elaborar um *programa econômico alternativo* que incorpore os milhões de trabalhadores que não participam do mercado e que vivem da miséria da economia informal? Como é possível gestar um novo modelo econômico que elimine definitivamente a *superexploração* do trabalho, que particulariza o capitalismo industrial brasileiro, cujo salário mínimo é degradante? Quais são os contornos básicos desse modelo econômico alternativo cuja lógica deverá *iniciar* a desmontagem do padrão de acumulação capitalista vigente no país? Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico, mas o faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho *alternativo* que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração impostas pela lógica do capital, *integradora para fora e desintegradora para dentro*? Como é possível hoje articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade *para além do capital*, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano de *ser que vive do trabalho*? Em outras palavras, como superar um caminho meramente doutrinário e buscar a difícil e imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo, de clara conformação anticapitalista? Estes são, como se pode perceber, desafios enormes.

Se, entretanto, consegui traçar um quadro *crítico* aproximado, o desafio mais urgente do nosso sindicalismo pode ser assim sintetizado: como se efetiva, no contexto de uma situação *defensiva*, uma ação sindical que dê respostas às necessidades imediatas do mundo do trabalho, preservando elementos de uma estratégia anticapitalista e socialista?

Qual caminho o novo *sindicalismo* brasileiro, nascido no final dos anos 70, vai adotar: irá negociar *dentro da Ordem* ou *contra a Ordem*? Procurará elaborar um programa de emergência para simplesmente *gerir a crise do capital* ou tentará avançar na elabora-

ção de um programa econômico alternativo, *formulado sob a ótica dos trabalhadores*, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores? Pode-se responder que para tanto é preciso muito mais que a ação sindical. É verdade. Mas pode-se responder que a ação sindical no Brasil dos nossos dias seguramente auxiliará, numa ou noutra direção, o que lhe confere uma enorme responsabilidade.

### NOTAS

(1) Ver, por exemplo, F. Murray, "The Decentralisation of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker", *Capital & Class*, 19, Londres, 1983; Annunziato, F., "Il Fordismo nella Critica de Gramsci e Nella Realta Statunitense Contemporanea", *Critica Marxista*, 6, Itália; 1989, S. Clarke, "Crise do Fordismo ou Crise da Social-democracia", *Lua Nova*, 24, São Paulo, 1991; T. Gounet, "Luttes Concurrentielles et Stratégies d'accumulation dans L'Industrie Automobile", *Estudes Marxistes*, n.10, Bélgica, maio, 1991.

(2) Ver A. Bihr, "Le Prolétariat Dans Tous Ses Eclats", *Le Monde Diplomatique* e A. Gorz, "Pourquoi la Société Salariale a Besoin de Nouveaux Valets", *Le Monde Diplomatique*, 22/6/1990.

(3) Ver I. Mészáros, "The Division of Labor and The Post-Capitalist State", *Monthly Review*, 39, jul.ago. 1987 e E. Mandel, "Marx, La Crise Actuelle et L'Avenir du Travail Humain", *Quatrième Internationale*, 20, Paris, maio 1986.

(4) Ver, por exemplo, os dados apresentados por Jelle Visser em J. Freyssinet (organizador), "Syndicalisme et Désyndicalisation", em *Le Mouvement Social*, n.162, "Syndicats D'Europe, janvier/mars 1993, Paris, Éditions Ouvrières.

### ABSTRACT

Brazilian union movement is discussed in the light of production changes of the last three decades. The nineties is the decade of "negociation". How to negotiate? Within or out of capitalist order?

**Keywords:** Brazilian union; Trade union; CUT; Labor; Workers; Capital; Work class.